



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM
Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas–SAIAT

Relatório do Encontro Anual 2013

“Agendas Transversais e Políticas para as Mulheres”

Objetivo: Contribuir para o fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres frente às estratégias de desenvolvimento adotadas por estados e municípios, assim como a inserção das políticas para as mulheres nos respectivos cenários de desenvolvimento sustentável, considerando os aspectos local e regional.

Público: Gestoras estaduais e municipais participantes do Fórum Nacional dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres - OPMs.

Local: San Marco Hotel – Brasília, DF

Período: 29 a 31 de outubro de 2013

Horário: das 14hs do dia 29 às 13hs do dia 31

Programa

29/10/2013

10h00 às 14h00

Credenciamento

12h00 às 14h00

Almoço de acolhimento

14h00 às 14h30

Abertura – Secretaria de Políticas para as Mulheres

14h30 às 16h00

Políticas Públicas para as Mulheres: a Construção da Igualdade

Vera Soares - Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Tatau Godinho – Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica da Mulher

Aparecida Gonçalves – Secretária de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres

Lourdes Bandeira - Secretária Executiva

16h00 às 16h20

Intervalo para café



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

16h20 às 18h00

Agendas Transversais do PPA 2012-2015 e Políticas para as Mulheres

Vera Soares - Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Ana Starling - Diretora de Temas Sociais da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos/MPOG.

Leila Ollaik - Assessora da Secretaria Executiva, Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

30/10/2013

09h00 às 10h30

Papel dos Organismos de Políticas para as Mulheres na elaboração de planos, programas e projetos com perspectiva de gênero.

Vera Soares - Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Leopoldo Vieira - Assessor Especial da Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Coordenador do Monitoramento Participativo do PPA

Camila Firmino - Assessora da Secretaria Executiva, Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

10h30 às 10h45

Intervalo para o café

10h45 às 12h30

O que queremos ao elaborar projetos. Apresentação das áreas temáticas da SAIAT

Angela Fontes - Secretária Adjunta SAIAT

Coordenadoras de Áreas Temáticas

12h30 às 14h00

Almoço

14h00 às 16h45

A teoria e o dia a dia: programas e/ou projetos.

Grupos de Debates

16h45 às 17h00

Intervalo para café



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

17h00 às 18h00

Plenária – apresentação dialogada dos resultados dos Grupos de Debates.

31/10/2013

09h00 às 12h30

A importância dos OPMs no fortalecimento e implementação das políticas governamentais para as mulheres

Ministra Eleonora Menicucci

Apresentação do Programa “Viver sem Violência”

Conversa com a Ministra

12h45 às 13h00

Encerramento

13h00 às 14h00

Brunch

RELATO DO ENCONTRO ANUAL

29/10/2013 (3ª feira)

14h00 às 14h30 - Mesa de Abertura

Boas Vindas: Secretária Executiva - Lourdes Bandeira e Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas - Vera Soares, da Secretaria de Políticas das Mulheres.

Vera Soares: começou os trabalhos desejando boas vindas a todas, apresentou as delegações dos estados presentes e divulgou a evolução do número de OPMS existentes que saltou de 13 em 2004 para 603 em 2013. “Hoje, somente dois estados e duas capitais não possuem, ao nível estadual, nenhum espaço governamental, são eles Roraima e Paraná”. Estados como o Acre e Amapá contam com organismos de políticas para as mulheres em todos os seus municípios. Pernambuco vem logo em seguida, com cerca de 70% de suas cidades com OPMS implantados” arrematou.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Lourdes Bandeira: ao dar as boas-vindas a mais de 300 gestoras estaduais, municipais e do DF que participaram do Fórum, a secretária-executiva da SPM, Lourdes Bandeira, ressaltou a importância do crescimento de OPMS. “Não é um aumento apenas do ponto de vista quantitativo. Estes organismos têm um significado político, estratégico e cidadão para as mulheres brasileiras”, destacou.

14h30 às 16h00

Mesa 1 - Políticas Públicas para as Mulheres: a Construção da Igualdade

Em seguida, a Secretária da SAIAT/SPM, Vera Soares, coordenou a mesa “Políticas Públicas para as Mulheres: a Construção da Igualdade”. Neste espaço, foram apresentadas as diretrizes para a formulação de políticas no cotidiano da SPM. Participaram da exposição a Secretária-adjunta de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, **Rosângela Rigo**; a Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, **Tatau Godinho**; além de **Vera Soares** e **Lourdes Bandeira**.

Rosângela Rigo: Destacou que os eixos de atuação da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência (SEV/SPM) são: Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência (capilarização e interiorização da rede); Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça; Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos. Atualmente a SEV conta com as seguintes estratégias como instrumento para reforçar e fortalecer a implementação de suas ações: a Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é mais forte”; Programa “Mulher: Viver sem Violência”

Tatau Godinho: expôs as questões centrais que norteiam as atividades da Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica da Mulher (SAE/SPM), e destacou que, sem a autonomia econômica, as outras dimensões da vida da mulher tornam-se mais difíceis, uma vez que há uma relação de dependência entre elas. “A autonomia econômica é um dos eixos das políticas públicas. É necessário que se tenha um foco de produção de políticas que

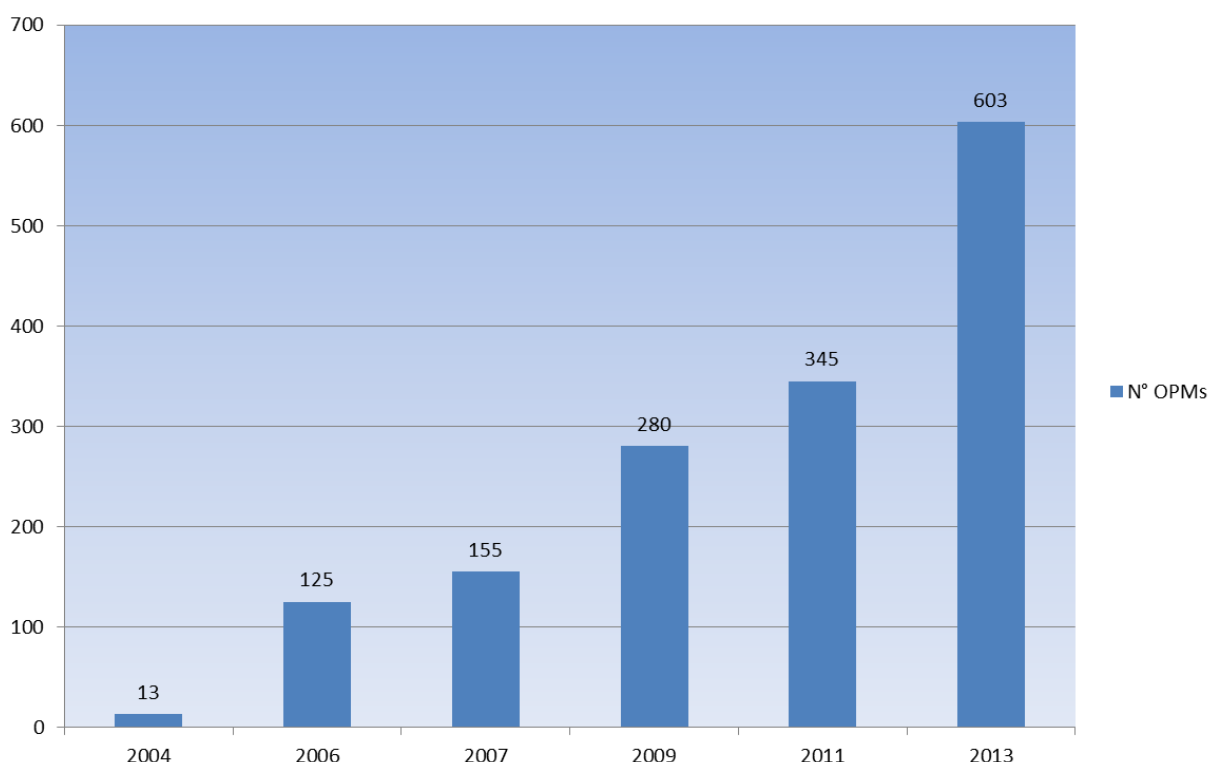


Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

entenda que as condições de igualdade dependem fundamentalmente das condições econômicas”, pontuou a secretária.

Ela apontou que a SAE tem atuado na incidência sobre a divisão sexual do trabalho com foco no reconhecimento e registro de sua função econômica – questão das donas de casa e das contas públicas; políticas de cuidado e uso do tempo – creche e educação infantil; ampliação da jornada escolar; licença maternidade e licença paternidade; políticas públicas para idosos e dependentes; mudanças legislativas – Lei da Igualdade no mundo do trabalho; trabalho doméstico remunerado com a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas. Para atuar nessas áreas a SAE tem mantido diálogo constante com outros órgãos do governo e com a sociedade civil - relação com movimentos sociais – sindical e mulheres.

Vera Soares: começou sua apresentação divulgando a evolução do número de OPMS existentes que saltou de 13 em 2004 para 603 em 2013.



Vera continuou falando sobre como a SAIAT entende as políticas públicas para as mulheres e de suas áreas de atuação com especial atenção aos OPMS. Disse que temos que enfrentar



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

uma realidade onde existem processos que criam e recriam desigualdades e discriminações entre mulheres e homens e também desigualdades entre as mulheres. Reconhece que o Estado não é neutro nas suas ações que há uma divisão sexual do trabalho – estrutura papéis para mulheres e homens e que políticas universais podem gerar desigualdades se não levar em conta essas as dimensões das desigualdades e que provocar impactos diferentes entre mulheres e homens. Outro aspecto para o qual chamou atenção é que a ação do Estado é o instrumento central para a mudança dos padrões de desigualdade entre mulheres e homens. O Estado deve assumir como sua responsabilidade a construção de políticas que alterem estas desigualdades e que contribua com a construção da autonomia econômica, cultural social e política das mulheres e com a ampliação dos direitos e da cidadania das mulheres.

De acordo com ela, a SAIAT visa o fortalecimento da autonomia das mulheres, do exercício e ampliação dos seus direitos e a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas que estão no âmbito da sua ação. Atua em políticas públicas que atendem diferentes demandas que alteram estrategicamente a vida das mulheres por meio de ações que visam à superação da subordinação. Isso implica, nas áreas em que atua, aceitar a diversidade das pessoas e das famílias; a inexistência da família ideal. Adotar a mudança de atitude frente aos processos sociais, contribuir para alterar as relações de poder e relações de subordinação ainda impostas às mulheres. E significa, também, trabalhar tanto a dimensão subjetiva quanto a objetiva dos/das formuladores/as de políticas públicas. As desigualdades são multidimensionais, e consideramos gênero, raça e de classe como estruturantes da sociedade brasileira.

Lourdes Bandeira: Discorreu sobre o papel da SPM na implementação das Políticas para as Mulheres. Começou afirmando que não há como se falar em direitos humanos sem contemplar os direitos das mulheres e que a SPM convocou e realizou três Conferências Nacionais que resultaram no lançamento dos respectivos Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). Atualmente o PNPM é composto por dez eixos que orientam a atuação e o estabelecimento de metas quantificáveis e é executado - em parceria com 32 órgãos do governo federal (27 ministérios e 5 demais órgãos: Funai, Ipea, IBGE, BB, CEF), reforçando, assim, o princípio da gestão transversal e interinstitucional.

Continuou falando que em uma perspectiva diacrônica, já com uma década de existência, a SPM vem atuando duplamente: por um lado, atua identificando as “novas” relações entre o



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Estado e os Movimentos Sociais, de mulheres e feministas. Por outro, associa-se a episódios de mudança no interior do próprio Estado, isto é, estimula a metamorfose no contexto político institucional, assim como nas dinâmicas de interação entre os próprios atores institucionais no interior do Estado, a nível ministerial, mas também com os atores localizados nos estados e nos municípios. É nessa articulação e diálogo – de um “Feminismo de Estado” – que se expressam e se contemplam todos os desafios colocados não só para a SPM, mas, sobretudo, para o conjunto de políticas de igualdade para as mulheres em geral, que envolvem a estratégia da transversalidade.

A Secretária Executiva destacou os PNPMs (2004-2007; 2008-2012; 2013-2015) que têm sido o principal instrumento de desenvolvimento e de implementação da política de igualdade; seja através da simples demanda de desagregação de informações e de dados por sexo, seja pela necessidade que os diversos Ministérios têm de registrar/monitorar os recursos/orçamentos destinados nas políticas públicas às mulheres. A estratégia incorporada pela SPM, da transversalidade (*mainstreaming*), tem por princípio que todas as estruturas do governo e todos os atores sociais do sistema político (partidos, parlamento, OPMS, setores da administração pública etc) adotem a perspectiva de gênero. Isso não significa que as barreiras burocrático-administrativas na indiferenciação política não sejam muitas e fortes. No geral, as políticas públicas vêm mencionando o “enfoque de gênero” como tema transversal, deixando de ser um marcador exclusivo da ação política de grupos feministas, mas envolvendo a presença das mulheres nas políticas públicas.

16h00 às 16h20

Intervalo para café

16h20 às 18h00

Mesa 2 - Agendas Transversais do PPA 2012-2015 e Políticas para as Mulheres

Participantes da Mesa:

Vera Soares - Secretária SAIAT/SPM, Ana Starling, Diretora de Temas Sociais da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), e Leila Ollaik - Assessora da Secretaria Executiva, Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM/SPM.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Ana Starling: Explanou sobre formas de se trabalhar com as agendas transversais no Plano Plurianual. De acordo com ela, o novo modelo do PPA permitiu revelar com clareza compromissos de governo para públicos específicos, tanto em Programas próprios como em outros Programas. Riqueza das informações levou à construção das Agendas Transversais, que constituem documentos que reúnem o conjunto dos compromissos de governo que buscam a garantia de direitos de públicos socialmente mais vulneráveis por meio da ação direta e por meio da coordenação das políticas setoriais mais relevantes para atendimento desses públicos. Formas alternativas de organização das informações contidas no plano, que permitem apreender a ação planejada para assuntos dispersos nos programas temáticos: Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas, **Políticas para as Mulheres**, Criança e Adolescente, Juventude, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, População em Situação de Rua, População LGBT.

As agendas são compostas por: programas temáticos, objetivos, metas (alguns casos, iniciativas). Por exemplo, a Agenda Políticas para as Mulheres conta com 22 programas, 53 objetivos e 217 metas. Dentre os quais, o próprio Programa Políticas para as Mulheres: enfrentamento à violência e autonomia, com nove objetivos, 113 metas e 36 iniciativas.

Leila Ollaik: Explicou sobre a missão institucional da SPM que é “Reverter o padrão de desigualdade entre mulheres e homens, assegurar direitos e melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras em toda sua diversidade, por meio da formulação, implantação, implementação, consolidação e ampliação das políticas públicas para as mulheres, de forma **transversal** com todos os ministérios, estados e municípios, para que incluam nas suas políticas a perspectiva de gênero; destacando-se a participação, o controle social e a igualdade racial”.

Segundo ela, a transversalidade integra, atualmente, o repertório essencial para o debate sobre políticas públicas no Brasil. Embora a utilização da terminologia esteja difundida, ainda há desafios para viabilizar a ampla efetividade das políticas transversais. O sucesso da transversalidade depende de instrumentos de gestão hábeis à sua operacionalização. Em linhas gerais, esses instrumentos devem garantir a definição, de modo sistêmico, de ações a serem implementadas, a co-responsabilização dos demais órgãos de governo, e,



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

especialmente, a institucionalização de mecanismos que permitam à SPM exercer sua competência de coordenadora horizontal - e não hierárquica, das Políticas para as Mulheres.

Ao final das exposições a palavra foi aberta às participantes para um debate, onde expostos os questionamentos e as conferencistas da mesa esclareceram os pontos de dúvidas. Nesse dia o encontro se encerrou por volta das 20h.

30/10/2013 (4ª feira)

9h00 às 10h30

Mesa 3 - Papel dos Organismos de Políticas para as Mulheres na elaboração de planos, programas e projetos com perspectiva de gênero.

Participantes da Mesa:

Vera Soares - Secretária SAIAT/SPM e coordenadora da mesa, Camila Firmino - Assessora da Secretaria Executiva, Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM/SPM, Leopoldo Vieira - Assessor Especial da Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Coordenador do Monitoramento Participativo do PPA/MPOG.

Camila Firmino: Começou sua explanação dizendo que a construção de um país social e economicamente igualitário deve, indubitavelmente, levar em conta a condição das mulheres. Por isso é importante se realizar um diagnóstico local que indique os principais problemas que atingem as mulheres a serem enfrentados, levando em conta as múltiplas desigualdades. Diante dessa situação, o OPM coloca-se como peça fundamental no enfrentamento às desigualdades de gênero, e um plano de políticas para as mulheres torna-se um importante instrumento para a concretização de tal tarefa. O Plano deve orientar as ações do OPM e preferencialmente deve ser um desdobramento do Plano Plurianual - PPA local. Deve indicar seus objetivos, metas e ações com correspondência orçamentária e de responsabilidade pela execução (secretaria ou órgão do governo local). É importante que a política para as mulheres esteja garantida no PPA local.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Por isso, se faz necessário o fortalecimento de uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas que possibilite a vinculação de indicadores às metas e de orçamento às ações nos Planos. O Plano, para além de uma ferramenta de planejamento, coloca-se como um instrumento de gestão calcado, sobretudo, no controle social. Ela enfatizou que o PNPM deve ser o norteador dos demais Planos, uma vez que é resultante de um processo de ampla participação social e representa o reconhecimento por parte do Estado brasileiro da necessidade de enfrentamento às desigualdades entre mulheres e homens.

Leopoldo Vieira: Fez um panorama sobre a importância do planejamento nas ações dos governos. Segundo ele, a peça principal é o Plano Plurianual (PPA), o qual estabelece as diretrizes, os objetivos e metas da administração para um período de quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vem em seguida e estabelece as metas e prioridades para o próximo exercício administrativo, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), por último a define os recursos necessários para as ações da LDO. O PPA é obrigatório para a União, estados e todos os municípios do país. Toda a previsão de investimentos, ações, projetos e programas devem constar nele.

A cooperação federativa permite ao país cumprir com mais qualidade e quantidade desafios do desenvolvimento; Possibilita potencializar os impactos positivos das intervenções públicas e privadas. Desde 2004, os planos plurianuais (PPA's federais desenharam o caminho percorrido ao longo da última década isso se deu escutando a sociedade civil. De 1941 a 2002, apenas 41 conferências nacionais foram realizadas, já de 2003 a 2011 este número saltou para 74. De 1941 a 2002, as 41 conferências discutiram 11 temas. Por outro lado, entre 2003 e 2011, foram abordados 28. Além disso, dezenove conselhos nacionais foram criados e dezesseis reformulados, entre 2003 e 2011;

10h00 às 11h00

Mesa 4 - O que queremos ao elaborar projetos?

Participantes da Mesa:

Angela Fontes - Secretária Adjunta SAIAT/SPM-PR que coordenou a mesa,
Coordenadoras de Áreas Temáticas e Assessoras: Marcy Figueiredo (Coordenação



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Geral de Diversidade), Rurany Ester Silva (Coordenadora Geral de Saúde), Alexania Gonçalves (Coordenação de Relações de Poder e Participação Política), Carolina Villanova (Coordenação Geral de Educação) e Irani Costa (Assistente Técnica SAIAT).

Angela Fontes: ressaltou que a criação e o fortalecimento dos OPMS nas administrações municipais e estaduais é a pedra de toque para a transversalidade da política para as mulheres. Considerando que o ponto de equilíbrio para a execução dos planos das três esferas governamentais está representado pela parceria entre os governos federal, estadual e municipal.

Em sua explanação, Angela deixou em evidência o cuidado que se deve ter no desenho de Programas e Projetos. Eles devem estar articulados com os programas e prioridades dos governos (estadual ou municipal); devem reconhecer que mulheres e homens exercem papéis diferenciados no viver a vida; reconhecer que as necessidades da população não são homogêneas quando vistas sob a perspectiva de gênero, raça e etnia; levar em consideração a diversidade das mulheres. Em seguida falou sobre a divulgação do Edital de Chamada Pública a ser lançado no início de novembro de 2013, para captação de recursos para o ano de 2014. Informou que o SICONV ficará aberto aproximadamente por 45 dias entre janeiro e fevereiro de 2014, para o cadastramento das propostas, os temas a serem priorizados são: T 1 – Apoio à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; T 2 - Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão; T3 – Incorporação da Diversidade das Mulheres nas Políticas Públicas; T4– Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher; T5 - Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; T6 – Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais e de Formação de Profissionais da Educação.

Em seguida, passou a palavra para às demais componentes da mesa para que expusessem um pouco mais sobre os temas contemplados no edital conforme respectivas áreas:

Rurany: Apoio à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Marcy: Incorporação da Diversidade das Mulheres nas Políticas Públicas

Alexânia: Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

Carolina: Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais e de Formação de Profissionais da Educação.

Irani: Assistente Técnica da SAIAT, que se colocou à disposição para consulta e esclarecimento de dúvidas em relação ao cadastramento de proposta, complementação de proposta, ajuste de plano de trabalho, prorrogação de prazo, prestação de contas.

14h00 às 14h40

Grupos de Debates

Tema para o debate

A teoria e o dia a dia: propostas de programas e/ou projeto.

Objetivo

A luz das exposições das mesas anteriores, os grupos de debates têm como objetivo dar continuidade ao processo de reflexão sobre o papel dos OPMs e as propostas de programas e/ou projetos.

Método de trabalho

As participantes, em número de 304, foram divididas em 6 grupos de debates correspondentes às grandes regiões geográficas, sendo que no caso do Nordeste foi necessário a formação de dois subgrupos tendo em vista o número de participantes.

Região	Nº Previsto de Participantes (*)	Estados	Moderadoras
Norte	33	AM, AP, PA, AC, TO	Alexania
Nordeste 1	51	CE, MA, PB, PI, RN	Eliana
Nordeste 2	78	AL, BA, PE, SE	Rurany
Sudeste	54	SP, ES, MG, RJ	Daniela
Sul	53	RS, SC, PR	Marcy
Centro-Oeste	35	GO, DF, MS, MT	Stella

(*) Readequado conforme o número de participantes que efetivamente compareceram à atividade.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

As participantes foram convidadas a se dirigirem às salas com as indicações de sua região e respectivos estados. Foi escolhida a coordenadora e relatora de acordo com decisão das componentes dos grupos, que foram acompanhados por técnicas da SAIAT no papel de moderadora, conforme definido no quadro anterior.

A seguir a moderadora apresentou possíveis pontos orientadores dos debates

- O que a gestão do OPM espera e o que se tem.
- Programas e/ou projetos regionais e/ou locais estão no âmbito da gestão do OPM?
- Troca de experiências entre as gestoras presentes.
- Ações para o fortalecimento dos OPMs.
- Papel do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres.

Ao final cada grupo produziu seu relatório a partir do(s) ponto(s) selecionado(s) pelas participantes para o debate visando sua apresentação e discussão na reunião plenária.

17h00 às 20h30

Plenária – Apresentação dos relatórios com os resultados dos debates ocorridos e transcritos a seguir:

Região Centro-Oeste

Ações para o Fortalecimento dos OPMs

- Construir um documento com diretrizes para a estruturação dos OPMs nos moldes de secretarias estaduais e municipais. .
- Cronograma de atividades para 2014, levando em conta a realização da Copa do Mundo e eleições.
- Orientação para a criação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

O que a gestão do OPM espera e o que se tem

- Mais ações para as Mulheres em Situação de Prisão.
- Intensificar as campanhas da SPM na mídia.
- Programas de atendimento ao Homem agressor. Apesar da orientação da SPM de não trabalhar com o homem agressor, considera-se importante desenvolver ações onde os homens precisam participar do diálogo. Não resumir a atuação dos organismos ao enfrentamento à violência. Negação de direitos também é violência.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

- Empreendedorismo na perspectiva da economia solidária.
- Mais apoio para o atendimento a mulheres rurais, quilombolas e negras, trabalhando a identidade e o reconhecimento das mesmas.
- Capacitação continuada com a Rede de atendimento e conselhos.
- Criação de Comitês de Gênero dentro das secretarias municipais.
- Maior articulação com a rede de atendimento e de gestores.
- Núcleos de atendimento as famílias e aos autores de violência doméstica
- Reformulação dos Conselhos da Mulher. Os conselhos devem traduzir o retrato das mulheres que fazem parte da cidade.
- Relação com os movimentos sociais possibilita base para o trabalho.
- Apresentar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para as outras secretarias.
- Criar Comissões para estruturar ações (transversalidade).

Papel do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

- O Fórum é uma experiência vivenciada por várias gestoras há muito tempo. Está em construção. Retomar a experiência de colegiado do Fórum.

Papel da SPM em relação aos OPMs.

- O fortalecimento institucional da SPM.
- SPM abrir um link para a divulgação dos projetos e ações dos OPMs para possibilitar trocas e intercâmbios
- Encontros Regionais de Gestoras.
- Elaborar cartilha específica para as mulheres sobre planejamento, PPA, LDO, LOA.
- Fomentar a criação de Varas Especializadas para Atendimento as Mulheres em Situação de Violência
- Campanhas de forma continuada e produzidas nacionalmente pela SPM.
- Quando será criado o Fundo?
- Elaborar material para a divulgação do dia 8 de março que em 2014 será na semana seguinte ao Carnaval.
- Sentida a ausência da Presidenta Dilma.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Região Norte

Organização

- Diagnóstico considerando as políticas públicas e a realidade estrutural dos opms nos municípios, considerando a regionalização das políticas. Considerar as especificidades das regiões.

Exemplo: Precisamos de ônibus e de barco. Fator Amazônico precisa ser considerado.

- Atualização do conjunto de documentos sobre a política nacional de mulheres e sugestão da estrutura necessária para instalação nos municípios, com vista orientar atuação das gestoras (criar nota técnica);
- Criar OPMS com autonomia orçamentária e administrativa;
- Fortalecer os OPMS que já existentes;
- Assessoria para acompanhamento (monitoramento), principalmente dos novos OPMS. Cursos com ênfase no acesso aos recursos e capacitação (cursos para gestoras), SICONV, etc...

Institucionalização

- Plano Municipal de Política para as Mulheres
- Fortalecimento dos OPMS (criação de secretarias com orçamento);
- Comitê de monitoramento e acompanhamento
- Pacto de enfrentamento a violência contra a mulher (repactuação com estados e municípios);

Fortalecer o papel da Câmara Técnica

- Sistema de acompanhamento
- Assinatura de Consórcios municipais para captação de recursos e manutenção dos equipamentos (casa abrigo, centros de referencia, etc.)

Articulação Política- Orçamento

- Criar o Sistema Nacional de Políticas para as mulheres
- Criação do Fundo Nacional, estadual e municipal de Política para as Mulheres;



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

- Sensibilizar os prefeitos para a importância da pauta na agenda de governo;
- Municípios estão no CAUC, inadimplentes ou com dívidas no INSS. Que as ações de combate à violência contra a mulher sejam priorizadas os repasses fundo a fundo;
- Assessoramento aos organismos não governamentais para acessar os recursos;
- Fortalecer os conselhos e os movimentos sociais para exercício do controle social das políticas públicas;
- Fortalecer a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência (mapear as entidades não governamentais que prestam serviços);
- Adesão dos municípios da agenda de compromisso dos Prefeitos aos Objetivos do Milênio.

Região Sul

Encaminhamentos:

- A administração dos recursos e serviços como casa-abrigo, CRM e projetos/programas sejam pelos OPMs com condições estruturais, operacionais, orçamentais e recursos humanos para a execução e gestão dos serviços
- Criação de mais Varas Especializadas conforme prevê a Lei Maria da Penha
- Auxílio e suporte técnico na elaboração de diagnósticos e sistematização de informações
- Recurso próprio no orçamento do município carimbado para as políticas para as mulheres
- Que as situações de inadimplência dos municípios não prejudiquem o repasse de recursos federais oriundos de convênios e programas
- Criação de um fórum de gestoras da região sul
- Utilização das videoconferências como espaço de diálogo nas temáticas e de relacionamento com as OPMs
- Criação do fundo nacional estadual e municipal da mulher para financiamento das políticas para as mulheres
- Fortalecimento das redes
- Formação para os OPMs



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Região Nordeste 1

Pontos que nortearam o debate:

O que a gestão do OPM espera e o que se tem.

-o que espera:

- Fortalecimento e troca de experiências ainda para este ano;
- Que o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres acontecesse no início do ano para auxiliar as novas gestoras, quando aos seus planejamento e organizações municipais e estaduais;
- Trabalhar melhor, mais direto as políticas da saúde e educação das mulheres rurais, do campo e das florestas;
- Construir uma rede de articulação (internet), para troca de experiências com as gestoras regionais, estaduais e municipais;
- Criar um comitê gestor e interiorizado com o objetivo de ampliar as Políticas Públicas para as Mulheres;
- Mais integração entre os municípios;
- Construir um plano de trabalho, enquanto organismo de Políticas Públicas para Mulheres para melhor garantir os direitos das mulheres.

Programas e / ou projetos regionais e / ou locais estão no âmbito da gestão da OPM?

- Criação de fóruns bimestrais entre municípios e regionais;
- Implementar a participação das mulheres nas reuniões de prefeitos no Distrito Federal.

Troca de Experiências entre as gestoras presentes.

- Gestão do Plano Municipal de política para as mulheres através do comitê de articulação e monitoramento do PMPM;
- Gestão da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em situação de violência.

Ações para o fortalecimento dos OPM's.

- Secretarias, departamentos, coordenadorias tenham parcerias com as universidades a política de gênero;



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

- Que as coordenadorias estejam ligadas diretamente ao gabinete dos prefeitos;
- Criação de bibliotecas em gênero;
- SPM/PR articule nas reuniões de prefeitas e prefeitos a importância e missão da Secretaria da Mulher nos municípios, estados e capitais;
- Ampliar o número de OPMs;
- Capacitar as conselheiras;
- Capacitar gestores quanto a administrar seus organismos, quanto a elaboração de projetos;
- Manter um organismo para tirar dúvidas sobre a elaboração e execução dos projetos;
- Manter um organismo para tirar dúvidas sobre os projetos, convênios do Governo Federal;
- Estruturar as secretarias com equipamento para melhor execução das políticas para as mulheres;
- Conhecer, pesquisar, debater as políticas para mulheres para melhor se organizar, buscar e decidir ações.
- Capacitar às gestoras quanto a elaboração de projetos;
- Buscar apoio na comunidade para ajudar nos trabalhos da SMPM;
- Buscar capacitação para os diversos organismos que trabalham com as mulheres;
- Criar mecanismo de envolvimento de pessoas experientes, para construção do planejamento;
- Criar um repasse fundo a fundo para as OPM's;
- Fortalecer a equipe que monitora, ou seja, acompanhar os convênios para informar melhor as OPM's, quanto ao andamento do mesmo;
- Aprimorar mecanismos de diálogos entre a equipe que monitora os convênios;
- Pensar através dos Fóruns a capacitação de recursos e acompanhamento dos projetos no SICONV, através dos próprios OPM's;
- SPM abrir um canal entre os prefeitos através de seminários;
- Criação de Fóruns Estadual à luz do Nacional;
- Retomar os Fóruns Nacionais;
- SPM organize o início de 2014 as capacitações regionais quanto à construção de seus projetos;
- SPM acompanhe e der retorno dos projetos enviados ao SICONV;



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

- Capacitar os técnicos dos CREAS, CRAS em gênero;
- Fortalecimento da Lei Maria da Penha;
- Fortalecer as redes de atendimento à mulher com capacitação para delegadas, promotoras, policiais e defensoras públicas;
- Criar uma cartilha, passo a passo de como deve funcionar a gestão das OPM's.

Papel do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Política para as Mulheres.

- Articular junto aos Estados, municípios as políticas para as mulheres;
- Fortalecer junto ao Ministério os mecanismos que de fato fazem o seu papel quanto à criação, monitoramento, acompanhamento das conquistas das mulheres no país e no mundo.

Região Nordeste 2

Primeiro lugar foi feita uma apresentação das participantes, ocasião em que foram colocadas questões dos OPMs, dificuldades, trocas de experiências, programas e projetos que desenvolveram.

- Estruturação de equipamentos sociais e a formação da rede de prevenção, atendimento e enfrentamento da violência contra mulher.
- Fomento da autonomia econômica das mulheres.
- Empreendedorismo das mulheres com ações de capacitação em parceria com os Fóruns Estaduais de economia solidária.

Propostas para o fortalecimento dos OPMs

- Construção de fóruns regionais
- Criação mecanismos para repasse financeiro e de um sistema único para as políticas para as mulheres.
- Trabalhar com o conselho nacional de educação para reforma e alteração dos parâmetros das grades curriculares sobre gênero e a lei Maria da penha.
- Articular com o MEC para que nos cursos de Direito seja trabalhado a temática da aplicabilidade da Lei Maria da Penha.
- Trabalhar em parceria constate com o judiciário e pressionar na implementação das Varas Especializadas



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

- Promover capacitação dos gestores e professores em gênero, raça e etnia.
- Identificar a transversalidade das políticas para as mulheres nos ministérios e outros órgãos do governo federal.
- Trabalhar o fortalecimento da Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade através de campanhas mais efetivas nos municípios.
- Campanhas educativas e informativas sobre as questões de gênero e lei Maria da Penha, nas diversas mídias (radio, TV, internet et.)
- Fortalecer políticas para regiões metropolitanas e cidades polos.
- Fortalecimento da implementação da notificação de violência nos serviços de saúde, como um instrumento para identificação dos casos de violência.

Região Sudeste

Pontos discutidos:

1. Programas e projetos regionais estão no âmbito da gestão da OPM.
2. Ações para fortalecimento da OPM.

Propostas:

- Propor a SPM um encontro regional para troca de experiência para discutir a política de abrigamento;
- As experiências positivas de Consórcios entre municípios para implementação da política de atendimento a mulher;
- Tirar um documento para ter a representante do Estado de SP que ainda não foi nomeada;
- Criar um selo para oferecer as empresa que adotam práticas voltadas para políticas de gênero;
- Fazer reuniões OPM por Região – Fóruns Regionais de OPMs;
- SPM e OPMs Estaduais apoiarem os OPMs na assessoria técnica e suporte operacional para elaboração de projetos e manuseio do SICONV com vistas a aumentarem a aprovação dos projetos ;



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

- Criação de benefício eventual para as mulheres em desligamento do abrigo;
- Potencializar o tempo de abrigamento por meio de políticas que promovam a autonomia econômica e financeira das mulheres;
- Os Organismos Estaduais devem capacitar as Gestoras municipais, em especial as novas, para a gestão das políticas para as mulheres;
- Adquirir Senha do SICONV
- Resolução conjunta entre a SPM e MDS sobre a política de enfrentamento a violência contra a mulher;
- SPM sugerir aos Estados e Municípios a criação de OPM como Secretaria

31/10/2013 (5ª feira)

09h00 às 12h30

Mesa 5 - A importância dos OPMs no fortalecimento e implementação das políticas governamentais para as mulheres.

Mesa de encerramento:

Ministra Eleonora Menicucci, Secretária Executiva, Lourdes Bandeira, Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas, Vera Soares, Secretária Adjunta SAIAT, Angela Fontes, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Aparecida Gonçalves, Secretária-adjunta de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Rosângela Rigo, Secretária Adjunta de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Neuza Tito.

Ministra Eleonora Menicucci: Declarou a satisfação com o avanço no aumento dos OPMs, lembrou que os estados do norte (RR e AM), onde ela esteve nesta semana os governantes assumiram o compromisso de criar Secretarias de Políticas para Mulheres. Em Roraima, o OPM vai se transformar em Secretaria. No Amazonas, existe uma secretaria executiva ligada à casa civil, e em 2014 será transformada em Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. O



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

prefeito de Manaus assumiu o compromisso, da abertura da Secretaria em janeiro, já está criada por lei.

A ministra avaliou como muito proveitosas essas conversas com os prefeitos e governadores nos estados que esteve visitando. Nessas oportunidades, faz um discurso político sobre a importância das políticas para as mulheres, reafirmando seu caráter republicano para que se possa avançar. “A democracia representativa tem um caráter participativo. As disputas políticas não podem interferir nas políticas para mulheres e não faço distinção de partidos quando trato de políticas para mulheres” ressaltou.

Segundo a ministra, para que as pautas das mulheres estejam no mesmo nível de outras pautas, é preciso união nessa meta. Para ela, o Programa “Mulher Viver sem Violência”, lançado em março de 2013, é um “plus” na política para mulheres, fortalece os serviços já existentes para atendimento às mulheres e mantém a repactuação com os municípios polos. A SPM em Rondônia assumiu compromisso de criar um edital para barcos para “atender as populações ribeirinhas em resposta às solicitações de gestoras públicas desses estados. E destaque, nesse sentido, o papel de minha gestão republicana”. Acrescentou que esse Programa é de Estado, não de governo, pois complementa a lei Maria da Penha.

Na apresentação do Programa Mulher Viver Sem Violência: salientou que ele vem do processo do Pacto, de repactuação, da Lei Maria da Penha, etc.

Esclareceu que o programa não é apenas a “Casa da Mulher”, pois ele tem seis ações:

- Casa da Mulher brasileira;
- Implementação do 180;
- Organização de serviços na Saúde e na coleta de vestígios de crimes sexuais (consequimos que os laudos médicos de obstetras podem servir de prova. Agora é lei de assistência as mulheres vítimas de violência sexual);
- Centro de Atendimento à mulher nas fronteiras (também para combater o tráfico de crianças e mulheres para exploração sexual)
- Campanhas de conscientização
- Unidades móveis para mulheres em situação de violência no campo e na floresta. Também detalhou como será o programa “A Casa da Mulher Brasileira”. Ele consiste no atendimento integral e humanizado à mulher por meio de espaço físico onde serão concentrados os principais serviços especializados.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

Investimentos: 2014 - 305 milhões

- Casa da Mulher 116 milhões
- Para atendimento humanizado – 20 milhões (para espaço físico, capacitação de profissionais de segurança e saúde)
- Implantação e melhoria dos Centros em: Foz do Iguaçu, Pacaraima.

Continuou afirmando que já obteve apoio e estruturação de seis novos centros: Brasileia/AC, Corumbá/MS, Santana do Livramento/RS, Jaguarão/RS, Ajuri/RR, Ponta Porã/MS. Disse ainda que as Unidades móveis – tem o investimento 30 milhões (54 ônibus – 2 para cada estado e o DF). Informou que os Estados que aderiram as unidades móveis e já receberam foram: AM, RR, MA, MG, RS, SE, ES, BA, SP, PB, PR, DF. As próximas adesões são: PE, AL, CE, RN, RJ, Araçuaí e Vale do Jequitinhonha, GO, PI, RO, AC. Ainda não há previsão para os estados: AP, MT, PA, SC, TO.

Discorreu sobre a situação dos terrenos para Casa da Mulher em Belém, Teresina, Campo grande, Goiás, Fortaleza, Maceió, Boa Vista, São Luis, Belo Horizonte, Porto Alegre, Aracaju, salvador, são Paulo, João Pessoa, Curitiba, Brasília.

Ressaltou que a SPM faz parte, no âmbito do governo federal, de um conjunto de ministérios fundamentais para a execução de políticas públicas e que a capilaridade dessa política é muito grande pelo Brasil a fora. Concluiu agradecendo a participação das mulheres na luta para o fortalecimento desse tema em todos os espaços que encontram.

Em seguida, abriu-se o debate com as gestoras presentes e foi mantido um período de conversação entre a ministra e as participantes do Encontro Anual, encerrado com sessão de fotos com as delegações estaduais.

13h00 às 14h00

Encerrando o Encontro Anual foi servido um brunch a todas as participantes.



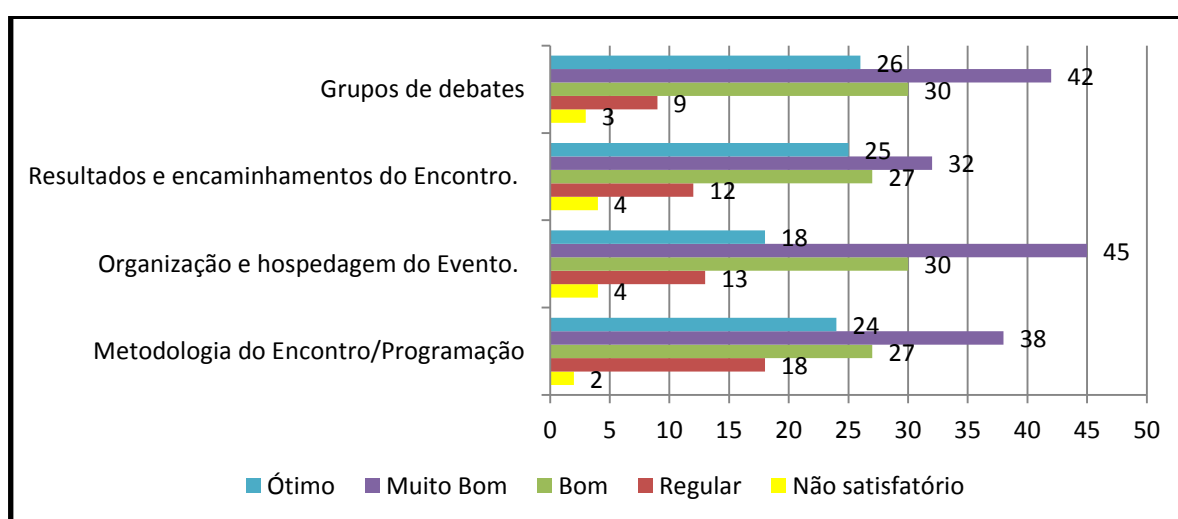
Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

Análise da avaliação

Em complemento a esse relatório segue a **Análise das fichas de avaliação do Encontro Anual de 2013 do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres**

Conforme já foi registrado, o Encontro Anual ocorreu em Brasília no período de 29 a 31 de outubro de 2013. Uma das atividades propostas foi a avaliação do Encontro. Foram respondidos 110 questionários, em um universo de 300 participantes. De modo geral, a avaliação das participantes para os quatro itens propostos foi positiva. A Figura 01 mostra as questões apresentadas bem como a totalização da avaliação para cada item.

Figura 01 – Avaliação dos itens propostos.



1 - **Grupos de debates** - Ótimo = 26; Muito Bom = 42; Bom = 30; Regular = 9 e Não Satisfatório = 3.

2 - **Resultados e encaminhamentos do encontro** - Ótimo = 25; Muito Bom = 32; Bom = 27; Regular = 12 e Não Satisfatório = 4.

3 - **Organização e hospedagem do evento**- Ótimo = 18; Muito Bom = 45; Bom = 30; Regular = 13 e Não Satisfatório = 4.

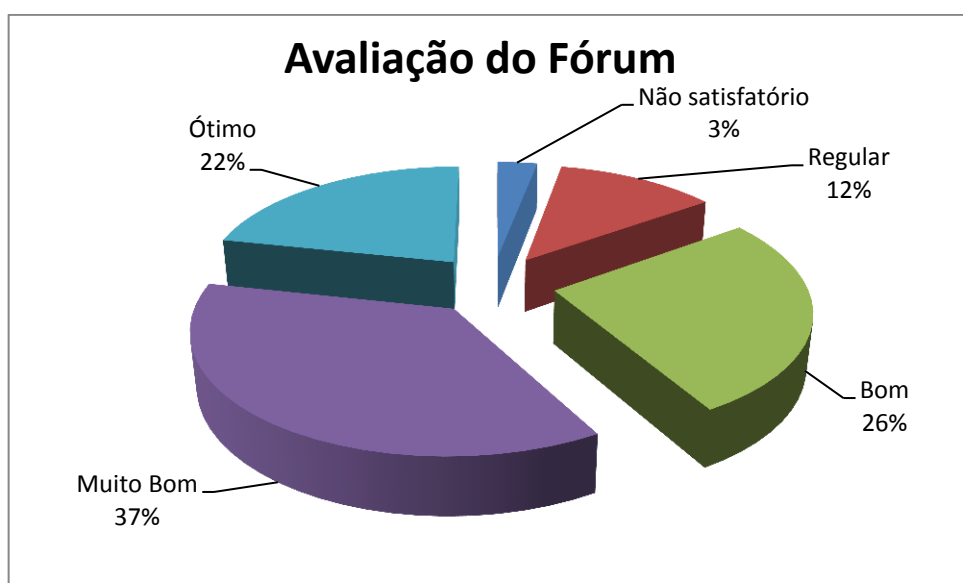
4 - **Metodologia do encontro/Programação** - Ótimo = 24; Muito Bom = 38; Bom = 27; Regular = 18 e Não Satisfatório = 2.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

A fim de consolidar a avaliação geral do Encontro, foi atribuído o valor 1 (um) para cada resposta nos quatro itens sugeridos. Assim, proporcionalmente as participantes avaliaram que o encontro foi MUITO BOM (37%); seguido de BOM (26%); ÓTIMO (22%); REGULAR (12%) e NÃO SATISFATÓRIO (3%). Tais resultados indicam uma aprovação expressiva das participantes para os aspectos de organização do próprio Evento (Figura 02)

Figura 2 – Avaliação do Fórum (em %)



Encaminhamentos 2014

Com base nos relatórios dos grupos de debates apresentados em plenária, assim como as discussões ocorridas entre as participantes, a SAIAT/SPM propõe para 2014:

1. Considerar a realização da Copa do Mundo e o período eleitoral na construção do cronograma de atividades para 2014.
2. Fortalecer o papel transversal dos OPMs junto aos respectivos governos estaduais e municipais.
3. Construir um documento com diretrizes para a estruturação dos OPMs, que passe centralmente pela instituição de secretarias, com vista orientar atuação das gestoras (criar nota técnica).
4. Realizar Encontros Regionais de Gestoras - Fóruns Regionais de OPMs.



Fórum Nacional de Organismos Governamentais de **Políticas para as Mulheres**

5. Encontro Nacional no segundo semestre de 2014.
6. Articular a criação do Sistema Nacional de Políticas para as mulheres, considerando a criação de Fundo correlato nas esferas federal, estadual e municipal.

Brasília, 29 de novembro de 2013